

O Brasil míope

As Jornadas de Junho e a crise da racionalidade

Myopic Brazil
June Journeys and crisis of rationality

Leonardo Lani de Abreu*
Marcos Vinicius Silva de Araújo **

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.167.003>



Nicson Olivier / Flickr

Manifestante usa a máscara de Guy Fawkes, símbolo do movimento ciberativista Anonymous, durante manifestação no Rio de Janeiro (RJ) em 20 de junho de 2013

RESUMO

As Jornadas de Junho, lideradas inicialmente pelo Movimento Passe Livre (MPL), evoluíram de um manifesto de tons locais para uma das maiores mobilizações da história da democracia brasileira, como evidenciado pela forte cobertura midiática em níveis transnacionais. As interpretações acerca dessa mobilização não são consensuais e se bipartem: alguns creditam a 2013 o surgimento de uma consciência político-institucional mais incisiva, outros pensam que o movimento não foi propositivo e fez aparecer, no tecido social, ondas de autoritarismo e ultraconservadorismo até então invisíveis. Certo é que os eventos alteraram profundamente a configuração social e política, algo que não se via desde o levante que marcou a interrupção do mandato de Fernando Collor. Nessa linha de análise, este artigo pretende, a partir de uma perspectiva materialista histórica, argumentar sobre o quanto as ocorrências daquele mês foram guiadas por um sentimento de irracionalidade, que se filia à lógica neoliberal hoje hegemônica. Parte do argumento elenca as repercussões das ondas de protesto ao longo do tempo.

Palavras-chave: Jornadas de Junho. Racionalidade. Crise política. Democracia.

ABSTRACT

The June Journeys, initially led by the Free Fare Movement (MPL, in Brazilian acronym), evolved from a locally-toned manifesto to one of the largest mobilizations in the history of Brazilian democracy, as evidenced by strong transnational media coverage. The interpretations about this mobilization are not consensual and are divided into two parts: some credit 2013 with the emergence of a more incisive political-institutional consciousness, while others believe that the movement was not proactive and brought to the surface waves of authoritarianism and ultraconservatism that were previously invisible in the social fabric. It is certain that the events profoundly altered the social and political configuration, something that had not been seen since the uprising that marked the interruption of Fernando Collor's term. In this line of analysis, this article aims to argue, from a materialist historical perspective, how much the occurrences of that month were guided by a sense of irrationality that is consistent with the currently hegemonic neoliberal logic. Part of the argument lists the repercussions of protest waves over time.

Keywords: June Journeys. Rationality. Political crisis. Democracy.

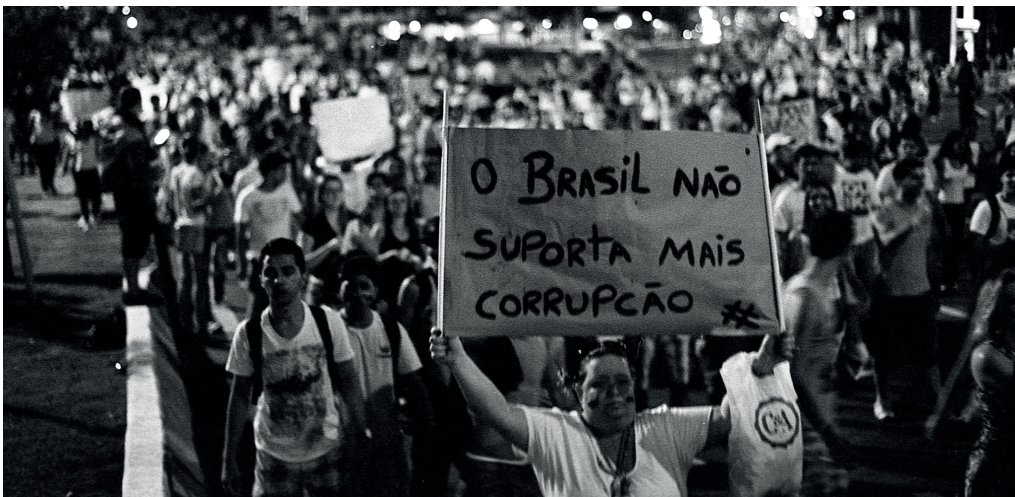
1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A sentença “O tempo é senhor da razão”, como toda aquela cunhada pela sabedoria popular, encerra concomitantemente uma grande parcela de verdade e um apreciável grau de imprecisão. Não existe nenhuma garantia de que os indivíduos, por exemplo, fiquem mais sábios com o transcorrer do tempo, caso se entenda a sabedoria como sinônimo de uma vida orientada por parâmetros éticos. Uma versão mais erudita do adágio anterior é a de que “a coruja de Minerva somente começa seu voo com a irrupção do crepúsculo” (HEGEL, 2010, p. 44), o que significa que a compreensão é sempre *a posteriori* e que os seres humanos estão condenados a alcançar o sentido dos acontecimentos apenas depois que eles se verificaram.

Marx (2007) redarguiu que, mais importante do que interpretar o mundo, é transformá-lo. Em outras palavras, é possível que o ser humano se antecipe às ocorrências da realidade e lhes imprima a orientação que melhor lhe aprouver. Entretanto, para que isso venha a ocorrer, é fundamental que ele goze de liberdade, entendida aqui, principalmente, como liberdade econômica. A falha mais gritante do pensamento liberal é a referência abstrata à liberdade, como se esta pudesse ser desvinculada das condições materiais que a possibilitam. Necessário se faz ter cuidado diante de generalizações abstratas, de modo a não hipostasiar conceitos, uma vez que essa atitude pode levar à distorção da realidade ontologicamente correta (LUKÁCS, 2018). Esse desacerto, por óbvio, é intencional, e visa a dissimular o fato de que, numa ordem social assentada na desigualdade, o acréscimo à liberdade de uns se dá à custa do decréscimo da liberdade de outros.

Para que todos possam desfrutar de liberdade efetiva, os meios de produção material da existência precisam ser de propriedade comum (TONET, 1999). Enquanto isso não acontecer, a dominação do homem pelo homem continuará a ser a pedra de toque das relações humanas. Não é preciso nenhum esforço imaginativo para constatar que aqueles que são beneficiados pelo atual estado de coisas não estão dispostos a ceder um milímetro de seus privilégios para permitir que os sujeitos mais desfavorecidos experimentem um incremento no seu nível de autodeterminação. Bem ao contrário disso, observa-se que os be-

Udayam R. Bassul/Flickr



Cartaz contra a corrupção em manifestação de 20 de junho de 2013 em Vitória (ES)

neficiários do *establishment* empreendem todos os esforços na manutenção dele. No plano das ideias, a tentativa de justificação da organização social em que se vive recebe o nome de ideologia (FROMM, 2013).

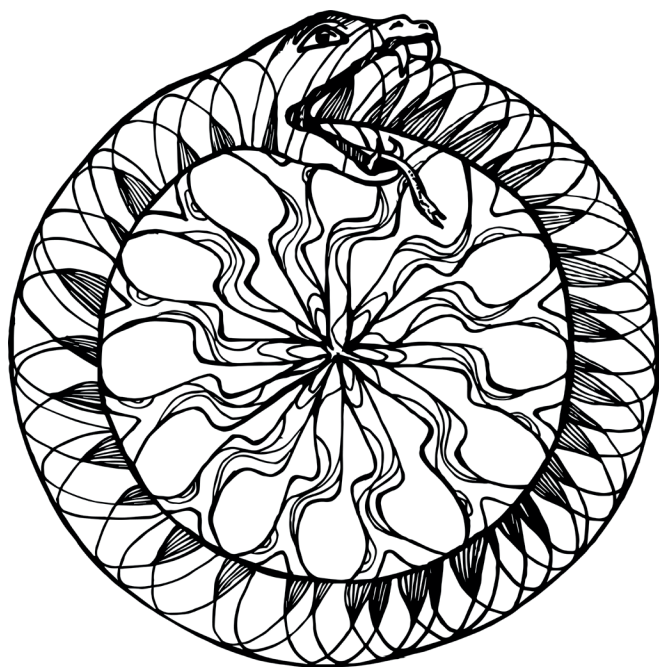
A ideologia é camaleônica ao extremo e muda de feição de acordo com o momento histórico em que se insere. Nos ambientes acadêmicos, tem sido comum criticar os conceitos-chave do pensamento moderno, especialmente aqueles relacionados ao progresso, à verdade e à razão. Essa postura que contesta as linhas de força da filosofia moderna é um reflexo daquilo que se convencionou chamar de pós-modernidade, fenômeno que repercute nas mais diversas áreas da sociedade (HARVEY, 2008). É verdade que os postulados modernos assumiram, com alguma frequência, uma roupagem falsamente universalizante, usada para apresentar como de interesse geral o que satisfaz aos interesses de poucos. O problema é que os críticos da modernidade deixaram de aplicar o método por eles desenvolvido a suas próprias formulações, tornando-se, assim, incapazes de ver o quanto elas estão eivadas de ideologia.

Nunca se pode perder de vista que as noções forjadas pelas classes dominantes são, volta e meia, ressignificadas dialeticamente pelas classes dominadas. Não por acaso, logo após a Revolução Francesa de 1789, teve início a Revolução Haitiana, também conhecida por Revolta de São Domingos (1791-1804), a qual, valendo-se do ideário dos revolucionários burgueses franceses, desembocou no fim da escravidão e na independência do Haiti, primeira república gerida por pessoas de ascendência africana (HUNT, 2009). Todo período histórico é atravessado por contradições, e a modernidade não constitui exceção a essa regra. Negar ou desvalorizar seus elementos progressistas equivale a jogar fora a água do banho, o bebê e a bacia.

A acusação de que a razão moderna está a serviço da homogeneização do mundo não pode encobrir o fato de que o irracionalismo, ao naturalizar as relações sociais, serve à perfeição ao propósito de acumulação capitalista, como anteviu Georg Lukács (1885-1971):

a demagogia e a tirania fascista são apenas a culminância de um longo processo, inicialmente tido como “inocente” (em termos da filosofia pura ou, no máximo, em termos da visão de mundo): A Destruição da Razão. Esse processo, cujos primórdios devem ser procurados na luta romântico-reacionária, pela restauração do feudalismo, contra a Revolução Francesa, e cuja culminância, como vimos, acontece no período imperialista do capitalismo, não se restringia de maneira alguma apenas à Alemanha. Tanto as suas origens como a sua forma de manifestação hitlerista, bem como a sua permanência no presente, têm raízes socioeconômicas internacionais, e por isso a filosofia irracionalista se manifestava igualmente em escala internacional (LUKÁCS, 2020, p. 82).

Há muito mais a apor contra a exploração econômica capitalista do que a reprovação moral. É comum, todavia, que uma grande parcela de indivíduos incorra no discurso de moralização da política, consistente em analisar a vida pública sem levar em conta a totalidade econômica que a condiciona, como se aquela dependesse unicamente da subjetividade dos que a encabeçam. Daí o motivo pelo qual a miopia racional à brasileira é um assunto apropriado, pois reflete a incapacidade do país de enxergar além da realidade imediata. A tese central do artigo é a de que muitos dos que saíram às ruas em 2013, conquanto tivessem boas intenções, estavam acometidos dessa miopia e colaboraram, involuntariamente ou não, para a erosão da institucionalidade brasileira, da qual os ataques terroristas perpetrados em



Ouroboros, serpente mitológica que engole a própria cauda, formando um círculo

Brasília no dia 8 de janeiro de 2023 são o exemplo mais flagrante. Ao final, conclui-se que o legado das Jornadas de Junho continua em disputa e pode ser apropriado pelo campo popular, desde que a perspectiva revolucionária seja assumida sem maior reserva.

2. A VIDA POLÍTICA BRASILEIRA, OU A SERPENTE QUE DEVORA A SI MESMA

Já era previsível que o terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em uma das eleições mais polarizadas da história brasileira, não seria fácil. Surpreende que, logo na primeira semana de gestão, ele tenha enfrentado uma crise de grandes proporções. Após o encerramento do pleito eleitoral, em 30 de outubro de 2022, a ideia de uma pretensa harmonia nacional, frequentemente usada para camuflar os conflitos que existem na sociedade, tornou-se praticamente indefensável. A vitória apertada do candidato petista, por menos de dois pontos percentuais, e as reações de inconformismo observadas entre o fim das eleições e a posse do novo governo — bloqueios nas estradas, acampamentos em frente a quartéis, agressões a eleitores do campo progressista, queima de carros e ônibus em Brasília e divulgação maciça de notícias falsas — demonstram que, se Bolsonaro foi derrotado, o mesmo não se pode dizer do bolsonarismo.

A escalada de violência no estertor do mandato bolsonarista causou uma grande apreensão entre os militantes da esquerda, que chegaram a temer pelo pior: um novo golpe de Estado, referendado pelas Forças Armadas, que lançaria o país de volta para o passado, solapando as tímidas conquistas sociais de épocas mais recentes, sacramentando o fito neoliberal de entronização do lucro como fim último da sociedade e desencadeando perseguições de toda sorte contra os opositores do *status quo*. No primeiro dia de 2023, no Brasil, um ato simbólico trouxe alento aos que almejam uma nação mais inclusiva e com oportunidades à disposição de todos os cidadãos: Lula subiu a rampa do Palácio do Planalto ladeado por oito pessoas representativas da diversidade brasileira mais a cadela Resistência. No fim do trajeto, a faixa presidencial foi passada de mão em mão até ser entregue a Lula por Aline Sousa, uma mulher negra de 33 anos que trabalha como catadora de materiais recicláveis (MEYERFELD, 2023b).

Existe um *continuum* entre junho de 2013 e janeiro de 2023, em relação ao sentimento antissistêmico, à desconfiança nas instituições e à descrença na democracia

vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 2011, p. 25), como não se esquece de acrescentar o pai do materialismo histórico-dialético, teoria que, em busca de explicar o ser social, rechaça qualquer especulação filosófica abstrata e enfatiza o movimento, as contradições e a pressuposição de que o mundo material é uma realidade primária que se reflete na consciência, realidade secundária (NETTO, 2020). Sem adentrar na controvérsia sobre a inevitabilidade ou não da revolução socialista, que ultrapassa os limites do presente trabalho, pode-se asseverar que certas categorias marxianas, nomeadamente as de totalidade, mediação e contradição, mantêm-se atuais e podem orientar a ação coletiva em uma época na qual o espontaneísmo político é tão incensado.

A incapacidade do Brasil em escapar dos ciclos de autoritarismo e violência que povoam sua história remete a Ouroboros, serpente mitológica que engole a própria cauda formando um círculo. Ao contrário desse ser fantástico que representa o ciclo da vida, da renovação e do nascimento (CIRLOT, 2018), as agruras brasileiras lembram mais um processo de autofagia pura e simples. A menos que ocorra uma revolução socialista que supere o sistema capitalista, a vida social continuará a ser caracterizada pelo eterno retorno do mesmo, mantendo tudo e todos em estado de inércia. Esse conservadorismo nada tem de cômico e atesta que, entre os oprimidos do Sul e do Norte do globo terrestre, é mais exato afirmar que “as tragédias se repetem como tragédias” (GALEANO, 2008, p. 121).

Existe um *continuum* entre junho de 2013 e janeiro de 2023, em relação ao sentimento antissistêmico, à desconfiança nas instituições e à descrença na democracia (MORAES; JOURDAN; FERREIRA, 2015). Porém, o que diferencia ambos os circuitos de tempo é que, se há uma década era possível identificar, em meio à cacofonia do momento, certo clamor por mais democracia e direitos, expresso na célebre frase “Não é só por 20 centavos”, hoje os autointitulados patriotas não hesitam em exigir uma intervenção militar “nos moldes constitucionais”, mesmo que tal medida careça de qualquer amparo jurídico.

O júbilo gerado pela festa de posse do novo líder logo se dissipou. Uma semana depois, em um gesto igualmente simbólico, hordas enraivecidas, paramentadas de verde e amarelo, invadiram a praça dos Três Poderes e protagonizaram um espetáculo de barbárie, caracterizado pela destruição de prédios públicos, vandalização de obras de arte, roubo de bens do Estado e outras ações criminosas, o que deixou claro que os setores mais privilegiados da sociedade brasileira não estão inclinados a buscar acordos ou consensos com a sociedade em geral. Os atos não apenas levaram à prisão de mais de mil pessoas, mas também contribuíram para criar um generalizado clima de pessimismo quanto ao futuro (MEYER-FELD, 2023a).

A eclosão do Oito de Janeiro quase dez anos após as Jornadas de Junho confirma o ditado de que a história se repete, “a primeira

As Jornadas de 2013 perderam o rumo quando a mídia corporativa, inicialmente antipática a elas, percebeu seu potencial desgastador para o governo Dilma Rousseff, passando a inflá-las de todas as maneiras possíveis. É desconcertante observar essa propaganda “gratuita”, visto que a ocultação é um dos padrões de manipulação da grande imprensa identificados por Perseu Abramo (1929-1996). Isso significa que os veículos de comunicação têm a tendência de deliberadamente ignorar fatos que não se alinham com seus interesses, por mais que esses atendam aos requisitos de noticiabilidade (ABRAMO, 2016). O uso dos *slogans* “Vem pra rua” e “O gigante acordou”, tomados de empréstimo, respectivamente, de campanhas publicitárias da Fiat e da marca de uísque Johnnie Walker, fez pairar sobre a mobilização a suspeita de consumismo e alienação política (SLOGANS..., 2013).

O Movimento Passe Livre (MPL) não tardou a perceber que os protestos estavam ganhando uma inflexão reacionária e encetou uma saída estratégica de cena (GROSSI, 2013). Com o tempo, o movimento perdeu força, mas as suas repercussões negativas foram sentidas em crescente intensidade nos anos seguintes, desde a onda do lava-jatismo até a eleição atribulada de Dilma Rousseff, a frustração dos derrotados com o resultado eleitoral, as dificuldades enfrentadas pela presidenta eleita no Congresso, a abertura do processo de impeachment, o golpe jurídico-parlamentar de 2016, o governo Temer, a prisão de Lula e, finalmente, a ascensão da extrema direita ao poder com a chancela do voto popular. A euforia da população com a revogação do aumento das tarifas em algumas cidades durou pouco: entre 2013 e 2021, a deterioração da política e da economia nacionais resultou no aumento acumulado de 46% no valor da tarifa do transporte coletivo apenas na capital paulista (LOPES, 2021), fato revelador das limitações do reformismo.

Ainda que as Jornadas de Junho tenham sido frequentemente descritas como um movimento espontâneo, a realidade é que sua organização envolveu uma multiplicidade de atores, a começar pelas lideranças que promoveram diversas iniciativas, tais como a redação de manifestos, impressão e distribuição de panfletos, produção de material para a internet e convocação para os atos. Houve quem sugerisse que agentes do imperialismo podem ter desempenhado um papel nevrálgico no movimento, possivelmente para enfraquecer o gover-

Leo Aversa



As tecnologias digitais foram essenciais para impulsionar as Jornadas de Junho

no antes das eleições de 2014 (STEDILE, 2013). A hipótese pode despertar algum ceticismo, mas não se pode ignorar o histórico de ingerências estrangeiras nos assuntos internos do país ao longo da história. A centralidade das tecnologias digitais foi essencial ao impulso do evento, que surpreendeu analistas políticos dentro e fora do Brasil, dada a sua magnitude.

A máscara de Guy Fawkes, símbolo do movimento ciberativista Anonymous, tornou-se um adereço comum nos protestos de junho de 2013 e em outras manifestações semelhantes ao redor do mundo (TORINELLI; SALLAS, 2014). Não convém, entretanto, superestimar o papel que a internet e os *smartphones* desempenharam no movimento, que só ganhou tamanho vulto por estar ancorado no descontentamento com problemas bem palpáveis, dos quais se enumeram, a título de exemplo, os preços altos dos transportes públicos, os pesados gastos com a Copa do Mundo, os frequentes escândalos de corrupção, as deficiências na mobilidade urbana em particular e nos serviços públicos em geral, a falta de oportunidades econômicas para a população mais jovem e as promessas incumpridas do desenvolvimentismo.

3. PARA QUEM NÃO SABE AONDE IR, QUALQUER CAMINHO É BOM

— Gatinho de Cheshire — começou a dizer timidamente, sem ter certeza se ele gostaria de ser tratado assim, mas ele apenas abriu um pouco mais o sorriso. “Ótimo, parece que gostou”, pensou ela, e prosseguiu:

— Podia me dizer, por favor, qual é o caminho para sair daqui?

— Isso depende muito do lugar para onde você quer ir — disse o Gato.

— Não me importa muito onde... — disse Alice.

— Nesse caso, não importa por onde você vá — disse o Gato.

Carroll (1980, p. 74)

No repúdio ao uso de bandeiras de legendas políticas nas Jornadas de Junho, através de palavras de ordem como “O povo, unido, não precisa de partido!” e “Sem partido!” (STURM; LEAL, 2013), subjaz tanto uma crítica ao imobilismo das organizações tradicionais da esquerda, muitas vezes engessadas pela burocracia e pelo autoritarismo, quanto um desejo por uma participação política mais horizontal e inclusiva. Embora essas posições sejam compreensíveis e até louváveis, é válido reconhecer que, sem organização e liderança, os reclames para transformar a sociedade caem no vazio. Menciona o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han que

ondas de indignação são extremamente eficazes na mobilização e aglutinação da atenção. Mas, devido ao seu caráter fluido e à sua volatilidade, não são adequadas para a configuração do discurso público, do espaço público. São, para esse efeito, demasiado incontroláveis, incalculáveis, instáveis, efêmeras e amorfas (HAN, 2016, p. 19).

Mesmo os que, a exemplo de István Mészáros (1930-2017), consideram que o desenvolvimento da consciência comunista pelas massas e nas massas exhibe vantagens incedíveis são obrigados a concluir que não é possível começar do zero para inaugurar um sistema político-econômico isento de máculas: “É necessário recorrer, portanto, às mediações, interligando, de um modo estratégico e exequível, o presente a um futuro realizável.”



Golpe frustrado: bolsonaristas promovem ataque terrorista à praça dos Três Poderes (Brasília) em 8 de janeiro de 2023

(MÉSZÁROS, 2022, p. 449) É digno de nota que o sentimento antipolítica e antissistema tenha dado o tom das manifestações, sobretudo porque se trata de um dos fios condutores da ideologia neoliberal.

O neoliberalismo ou capitalismo contemporâneo “particulariza-se pelo fato de, nele, o capital estar destruindo as regulamentações que lhe foram impostas como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 225). O capitalismo, em sua busca irrefreada por expansão e concentração, ressent-se de qualquer controle social, por mínimo que seja. Esse modelo de produção, que concentra a riqueza em uma extremidade da sociedade e inevitavelmente aumenta a miséria na outra extremidade, só pode ser mantido mediante a repressão severa, o que responde ao porquê de a vaga fascista ter se agigantado em diversos países do globo.

O melhor dos sonhos capitalistas é a instauração de um Estado mínimo, pobre em direitos sociais e pródigo em normas penais. Decerto esse projeto é inviável a médio e longo prazos, seja porque é incompatível com os processos naturais que sustentam a vida, seja porque esbarra na resistência das classes populares. Mas a insubmissão popular não brota *ex nihilo*. Ela precisa ser despertada pela transmissão da teoria, que adquire, em contato com as massas, o *status* de força material. Em conformidade com Lênin (2020), expoente da Revolução Soviética de 1917, reitera-se a indispensabilidade da teoria revolucionária para o movimento revolucionário.

Apesar da advertência, muitos ativistas insistem em desconsiderar a teoria, acreditando que atitudes voluntaristas são suficientes para despertar as massas de sua letargia. A política tem sido marcada por uma simplificação excessiva, em que o *slogan* e a repetição irrefletida de bordões teóricos substituem a reflexão cuidadosa (FREIRE, 2013). Não basta replicar o mote foucaultiano de que onde há poder há resistência (FOUCAULT, 1988). É preciso mensurar adequadamente a capacidade de poder e de resistência dos atores envolvidos numa dada relação. Sem isso, a resistência ao poder pode ser uma mera bravata, como quando setores da esquerda repetiram *ad nauseam*, em 2016, que não haveria golpe, e o golpe aconteceu a despeito de toda a oposição popular. Aconteceu processo semelhante com a prisão de Lula, que causou menos revolta do que o esperado.

Algumas pessoas, mesmo não alinhadas com as posições direitistas, argumentam que a deposição de Dilma e o encarceramento de Lula são o corolário lógico dos malfeitos executados pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Não cabe ignorar, aqui, os desvios cometidos pela sigla, esmiuçar as filigranas jurídicas dos processos que resultaram na desdita das duas lideranças e muito menos empreender uma defesa da agremiação política. O propósito é analisar as ocorrências à luz do materialismo histórico. Marx, infenso aos posicionamentos idealistas, defende a concepção de que tanto o direito como o Estado não são realidades subsistentes em si mesmas nem desdobramentos do desenvolvimento do Absoluto, advindo, antes, da configuração econômica da sociedade, “a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual.” (MARX, 2008, p. 47)

Antes que se acuse Marx de reducionismo econômico, é preciso destacar que, para ele, as condições materiais “condicionam”, e não “determinam” as formas sociais. Uma vez criadas, estas últimas gozam de relativa independência e podem retroagir sobre a estrutura econômica. Vale lembrar que as formas sociais nunca se autonomizam por completo das condições materiais, pois isso implicaria a fantasmagoria e o fetiche da idealidade rejeitados por Marx. A operação Lava Jato, com seu marcante caráter de classe, confirma as intuições marxianas sobre o direito, evidenciando como as relações econômicas e políticas são interdependentes e como o direito pode ser utilizado para manter e reproduzir as desigualdades sociais. A leniência com os corruptores, agraciados com os benefícios oriundos das delações premiadas, lança dúvidas sobre a capacidade da operação em erradicar a corrupção no país, muito alardeada pelos seus membros e defensores.

É sabido que em política não existem coincidências, de modo que o Oito de Janeiro de 2023 é, em grande medida, uma continuação do ocorrido em junho de 2013. Desacoplar os dois eventos é recair na atitude fragmentária típica da consciência pós-moderna, particularizada sobretudo pela recusa obstinada à noção de totalidade (NETTO, 2010). Minimizar o potencial heurístico do conceito de classe, sem ter em vista que a hierarquização das diferenças é o ponto fulcral da sociabilidade capitalista, não passa de identitarismo burguês, haja vista que só no âmbito conceitual é possível falar em raça e gênero de maneira apartada das variáveis econômicas da existência. A opressão cultural é inseparável da exploração econômica, já que lhe pavimenta o caminho.

Lukács nunca se cansou de enfatizar a importância do conceito de totalidade, como se infere desta passagem do livro *História e consciência de classe*, publicado originalmente em 1923: “A categoria da totalidade, o domínio universal e determinante do todo sobre as partes constituem a essência do método que Marx recebeu de Hegel e transformou de maneira original no fundamento de uma ciência inteiramente nova.” (LUKÁCS, 2003, p. 105) Quando Marx aventa que a sociedade burguesa é uma totalidade, ele não a toma como um todo funcional em que as partes se ajustam entre si de forma mais ou menos harmônica, conforme preceituado pelas teorias funcionalistas, mas sim como “um sistema dinâmico e contraditório de relações articuladas que se implicam e se explicam estruturalmente” (NETTO, 1998, p. XXIX).

A burguesia sofre de uma cegueira cognitiva em relação ao conceito de totalidade, uma vez que sua sobrevivência está atrelada à inxequibilidade das suas tentativas de apreender as razões pelas quais existe. Caso obtivesse a compreensão exata dessas razões, seria for-

As metamorfoses do capital agudizam as contradições sociais, ao invés de mitigá-las, e cabe aos que se identificam com os ideais de esquerda, mormente o da implantação de uma sociedade em que inexistam exploradores e explorados, inventividade para converter o desgosto provocado por esse acirramento de contradições em energia para a mudança social

çada a admitir que é a grande responsável pelas privações materiais e intelectuais que acosam a maioria da população, daí a sua aquilatação individualizante dos fenômenos sociais. Em contraposição ao individualismo nas suas mais variadas expressões, Lukács assinala que só a classe pode transformar a realidade social em sua totalidade. Como se acabou de ver, a única classe que está à altura dessa tarefa é o proletariado, que, “como sujeito do pensamento da sociedade, rompe de um só golpe o dilema da impotência, isto é, o dilema do fatalismo das leis puras e da ética das intenções puras” (LUKÁCS, 2003, p. 125).

É incompreensível achar que existe uma paridade de armas entre direita e esquerda. Enquanto a primeira conta com o apoio maciço do empresariado, setor financeiro, agronegócio, militares da ativa e da reserva das três Forças Armadas e das polícias militares, grandes meios de comunicação, setores mais reacionários das igrejas Católica e Evangélica e magistrados conservadores, para se enumerar apenas algumas das forças sociais existentes, a base social da segunda — o proletariado industrial — tem sido posta em xeque pelas constantes reestruturações do mundo produtivo. Isso não significa que se tenha de abdicar do ideal de uma transformação social genuína e se contentar, no máximo, com concessões pontuais feitas pelo sistema capitalista.

As metamorfoses do capital agudizam as contradições sociais, ao invés de mitigá-las, e cabe aos que se identificam com os ideais de esquerda, mormente o da implantação de uma sociedade em que inexistam exploradores e explorados, inventividade para converter o desgosto provocado por esse acirramento de contradições em energia para a mudança social. Os fatos de junho de 2013 já estão bastante recuados no tempo para que se possa chegar a um veredito mais preciso sobre eles. As conclusões que se impõem é que as ruas foram palco da luta de classes e que a direita soube tirar o melhor proveito da situação, ainda que tenha tido de rasgar a fantasia da isenção. Tanto isso é verdade que o juiz Sergio Moro, ídolo maior da Operação Lava Jato, surgida na esteira das manifestações, abandonou a magistratura para

Há partidos e partidos. No que se refere às siglas de esquerda, em vez de considerá-las idênticas às de direita, como tentam fazer crer os ideólogos do capital, é imperioso reabilitar sua função mediadora entre as reivindicações populares e a ordem estatal, consolidando seu papel de portadoras da consciência da missão histórica das classes dominadas

tornar-se ministro da Justiça de Jair Bolsonaro e, após desentender-se com o ex-presidente, acabou sendo eleito senador, com uma plataforma de oposição às pautas progressistas.

A demonização da política, moeda corrente nos protestos pós-redemocratização de ontem e de hoje, diz algo sobre a natureza íntima do capitalismo brasileiro contemporâneo. Faz parte da mistificação ideológica o mercado apresentar-se como uma instância neutra, natural e impoluta. Uma análise menos apressada deixa claro que ele não é nenhuma dessas três coisas, sendo, antes, parcial, porque privilegia os interesses da classe dominante, histórico, porque foi criado num período de tempo relativamente recente, e corrupto, porque subverte sistematicamente qualquer regulamentação que se tenta lhe impor.

Há partidos e partidos. No que se refere às siglas de esquerda, em vez de considerá-las idênticas às de direita, como tentam fazer crer os ideólogos do capital, é imperioso reabilitar sua função mediadora entre as reivindicações populares e a ordem estatal, consolidando seu papel de portadoras da consciência da missão histórica das classes dominadas (LUKÁCS, 2003). Para tanto, faz-se mister que os atores políticos, principalmente os jovens, façam uma crítica por dentro das instituições, participando delas. Ao mesmo tempo, é dever de ofício de todo militante revolucionário complementar a ação com o estudo, sem nunca esquecer que “é a união da teoria marxista e do movimento operário que deu aos homens de nosso tempo a possibilidade de ‘transformar o mundo’, de ‘fazer a revolução’” (HARNICKER, 1981, p. 18-19).

4. NOVO LÓCUS PARA O DEBATE PÚBLICO

A realização de protestos multitudinários é comum nas articulações sociopolíticas no Brasil desde a época colonial. Foi apenas ao final da década de 1970, e durante o processo de redemocratização do país, contudo, que a população passou a presenciar mobilizações em favor do Estado de direito e das instituições democráticas, mobilizações que, segundo Gohn (2016), estavam associadas à procura de um senso de pertencimento e à construção de uma identidade cidadã. O que torna Junho de 2013 um movimento paradigmático em relação

aos anteriores é o fato de ter reverberado ostensivamente no debate público nos anos que se seguiram, dando vazão a uma polarização sem precedentes. Outra faceta de 2013 foi o amplo uso das redes sociais: pessoas de diferentes espectros foram capturadas pelas telas e ruas virtuais, transformando esses espaços em um novo lócus para o debate público. O Facebook e o WhatsApp tiveram um papel fundamental no chamamento para os atos presenciais.

Ambas as plataformas, em especial a última, retiraram da mídia tradicional o monopólio da formação de opinião, sendo convertidas em um lugar no qual os indivíduos poderiam, em tese, externar sem enviesamentos as insatisfações quanto à cena política. Repentinamente, a hipertextualidade se sobrepôs à realidade. Assim, é trivial falar que a mídia tradicional tenha sido alvo de muitos questionamentos e ataques. As redes sociais criaram um terreno próprio para combater o sistema e mobilizar centenas de milhares de pessoas para irem às ruas (NOBRE, 2013), conferindo uma coloração libertária às revoltas. Elas foram utilizadas para organizar as manifestações de maneira autônoma, num mimetismo do fenômeno que Castells (2002) chama de autocomunicação de massa, quando o indivíduo é, a um só tempo, produtor e receptor de informação, o que gera uma esfera pública horizontal.

Caso emblemático de como as redes podem ser apossadas para disseminar desinformação e interferir no processo político-democrático é o do Facebook. Nas eleições presidenciais estadunidenses de 2016, a empresa foi acusada de ter permitido a disseminação de informações fraudulentas e teorias conspiratórias que teriam favorecido a vitória de Donald Trump. Espalhou-se o *hoax* de que a candidata Hillary Clinton tinha envolvimento com um esquema de tráfico sexual infantil e que o papa Francisco fazia coro à candidatura de Trump. Sabe-se por McNamee (2019) que a Cambridge Analytica, empresa britânica de consultoria política, explorou a vasta quantidade de dados de que dispunha o Facebook para criar perfis psicológicos de eleitores e, em seguida, usar essas informações no direcionamento de anúncios políticos altamente personalizados durante a eleição presidencial dos Estados Unidos. O autor sinaliza:

Existe uma forte correlação entre a presença de bolhas de filtro e a polarização. Para deixar claro, não estou sugerindo que as bolhas de filtro criem polarização, mas acredito que elas têm um impacto negativo no discurso público e na política porque as bolhas de filtro isolam as pessoas presas nelas. Bolhas de filtro existem fora do Facebook e do Google, mas os ganhos de atenção para o Facebook e o Google estão aumentando a influência de suas bolhas de filtro em relação a outras (MCNAMEE, 2019, p. 73, tradução nossa).

Tendo ciência disso, ficou evidente o poder de influência das redes tanto para o empoderamento e a integração da população quanto para a disseminação de informações equivocadas ou contadas pela metade. Note-se que, nos anos seguintes a 2013, e em decorrência da permuta do MPL pelo Movimento Brasil Livre (MBL) em 2014 e 2015, as chamadas *fake news* começaram a se somar ao debate público de forma problemática e recorrente (SOARES et al., 2019). Explica-se tal fato porque o ecossistema dos meios de comunicação não se limita a uma simples combinação de pequenos sistemas e tecnologias, mas, antes, constitui uma estrutura em constante mudança que tem o poder de influenciar a cultura e ser influenciada por ela (DIJCK, 2016).

No mais, o digital rompe com a lógica da espacialidade tão cara aos eventos de reunião das massas (HAN, 2016). Ao aplicar tal análise à lógica bolsonarista, produto direto das

ruas virtuais que foram invadidas em junho de 2013, apercebe-se que as redes configuram mecanismos essenciais à construção e manutenção da base de seus apoiadores. Através delas é que grupos conservadores, *chans* e fóruns do submundo cibernético se organizaram para enaltecer a figura de Bolsonaro, o que, ao fim e ao cabo, resultou na sua eleição no ano de 2018. De mais a mais, sublinhe-se, segundo Han (2016), o potencial das redes na formação de grupos unidos em torno de um objetivo comum, os quais, não raro, sofrem um processo de anonimidade das identidades individuais, deixando-as em pleno *desassujeitamento*.

Ainda na esteira do filósofo sul-coreano, a egotização e a atomização da sociedade, maximizadas pela agenda neoliberal, impedem a formação de um “nós” capaz de agir conjuntamente, o que inviabiliza a criação de um contrapoder que seja suficiente para pôr em questão a ordem capitalista e lutar por mudanças sociais mais amplas. Em vez disso, a solidão e a desintegração do comum e do comunitário são as características que mais se destacam na constituição social atual. À parte dizer se se trata de agir efetivo ou mero passar de dedos pelo *touchscreen*, pode-se certamente afirmar que as redes algoritmizam os valores e as inclinações pessoais, criando novas formas de engajamento político e transformando a mobilização de diferentes grupos.

5. POLIFONIA DE VOZES E ILUSÃO APARTIDÁRIA

Embora as Jornadas tenham impactado a opinião pública, elas não tiveram o reconhecimento esperado dos canais de comunicação. Após renitente silêncio e subvalorização dos eventos, as mídias tradicionais resolveram ceder, em parte por conta de uma grave lesão no olho de uma repórter da *Folha de S.Paulo*, claro demonstrativo das duras agressões da polícia. O interessante é que a acusação de selvageria, não raro acompanhada do termo *vândalo* em matérias de jornais como *O Globo*, discurso que até então só dizia respeito aos piquetes e às barricadas dos protestos de junho, passou por um processo de redirecionamento, sendo utilizado para fazer menção à brutalidade dos policiais. Essa rápida mudança na percepção dos eventos só foi possível em razão de ser a linguagem um instrumento de modulação e transformação da consciência dinâmica e progressiva do todo, como destaca Lukács (2018) em *Para uma ontologia do ser social*. A linguagem é capaz de acolher todas as manifestações de vida dos homens e lhes conferir uma figura passível de comunicação, refletindo a própria realidade social em que está inserida.

Dali em diante a popularidade auferida pelos protestos foi tanta que deu ensejo a uma entrevista com dois representantes do MPL, Lucas Monteiro e Nina Cappello, no programa *Roda Viva*, em meados de junho. Ao longo da entrevista, ficaram visíveis as bandeiras e o propósito da dupla em relação ao movimento do qual eram protagonistas. Também se verificou, como anotado por Singer (2013), algo que custaria caro ao MPL mais cedo ou mais tarde: a recusa em determinar e alinhar, de forma contundente, o significado das mobilizações.

Em razão disso e da crescente repercussão midiática, outras pessoas com diferentes mundividências e subjetividades engrossaram as fileiras das Jornadas. Os manifestantes passaram a se posicionar contra “tudo o que está aí”, afastando a imagem do movimento de possíveis conotações partidárias, o que mais tarde se provou uma insinceridade. Esse “tudo o que está aí” remetia, em última análise, à política tradicional e aos escândalos de corrupção (NOBRE, 2013). Em verdade, as Jornadas de Junho foram tomadas por um *ani-*



Manifestantes queimam bandeira do PT durante protesto no dia 20 de junho de 2013 na avenida Paulista, em São Paulo (SP)

mus difuso, proveniente da falta de um direcionamento que fosse capaz de unir as muitas demandas.

Muitos dos brasileiros que foram às ruas o fizeram de acordo com as próprias convicções: alguns estavam no *front* pelo retorno à tarifa normal do transporte público, ao passo que outros se moviam pela necessidade de reivindicar mais investimentos em saúde e educação. Lukács (2003) confere importância à consciência dos homens como meio imediato de mediação entre os complexos sociais. É a consciência dos homens que atuam no corpo social que determina como os complexos sociais serão mediados. A pluralidade de complexos sociais presentes nas manifestações foi, nesse sentido, mediada pela consciência dos indivíduos envolvidos. Cada indivíduo reagiu de maneira idiossincrática e especializada, segundo a própria consciência e percepção da realidade social.

Setores da classe média começaram a ser incluídos, o que resultou em uma espécie de mixórdia esquerda-direita. Já era impossível dizer quem estava tomando as rédeas do jogo. A partir daí, lembra Singer (2013), as manifestações ganharam um tom oposicionista que não tinham, direcionando-se não apenas aos governos estaduais e municipais, mas também ao governo federal. Como propagado pelos veículos de imprensa, as mobilizações focalizaram, a princípio, o aumento da tarifa do transporte público na cidade de São Paulo. Não era, por evidente, nada muito inédito, pois movimentos análogos já haviam ocorrido anteriormente. A Revolta da Catraca em Florianópolis é um exemplo. Foi a partir desse ato e de outros, regados a confrontos com a polícia e depredação de prédios públicos, que as Jornadas vieram à tona. Entretanto, em junho de 2013, ficou claro, depois de semanas, tratar-se do nascimento de uma arena com atores políticos multifacetados. A própria nomenclatura ostenta o pluralismo que viria a caracterizar as empreitadas daquele mês. Devido à variedade de demandas, existem autores que falam em uma sequência de protestos ou ondas, em vez de um protesto único e isolado (MENDONÇA, 2018).

Na sequência de protestos-onda, um elemento que se destacou, como retomado, foi o caráter antissistêmico. Mas esse elemento nada estranho às vozes polifônicas logo se viu devorado pelo fantasma do antipartidarismo. Isso porque, no caso do MPL, a ideia

de apartidarismo, antes a tônica do movimento, irradiada inclusive pela mídia corporativa, não teve força suficiente para manter de fora posições que rejeitassem de todo algum viés político-partidário, principalmente pelo fato de não ter havido por parte dos líderes uma demarcação sólida de pautas. A razão é que ser apartidário, naquele contexto, significava pura e simplesmente manter a autonomia do movimento, não sendo, portanto, fator impeditivo para que as pessoas participassem das manifestações portando bandeiras e faixas. O antipartidarismo, nesse sentido, encontrou terreno fértil em uma mobilização com partidos de esquerda frágeis e contraditórios e indivíduos pouco experientes em matéria de política.

Não é demais lembrar que movimentos sociais funcionam como termômetro do nível de insatisfação das massas populares diante das contradições do sistema capitalista. Essa insatisfação pode ser canalizada em direção à transformação social, desde que haja uma consciência coletiva dos indivíduos envolvidos (LUKÁCS, 2003). O espriamento de um discurso anticomunista e a pronunciada presença de palavras de ordem reacionárias nas Jornadas de Junho acenavam para um futuro de forte contraste com a esquerda e os supostos desmandos da então presidenta Dilma Rousseff. Assim, o agito popular nas ruas tentou canalizar a insatisfação rumo à mudança, mas os resultados, em especial a tomada do movimento por direitistas extremados, demonstram que a consciência coletiva estava crua, pouco maturada.

A instrumentalização pela extrema direita das manifestações foi um processo rápido e eficaz. Os indivíduos afinados com ideias autoritárias conseguiram se posicionar à frente do movimento, fazendo uma verdadeira apropriação da bandeira anticorrupção. A estratégia se revelou eficaz porque, ao longo de décadas, a direita brasileira tem feito da anticorrupção uma arma política. Ademais, a direita se apropriou da insatisfação popular em relação à esquerda e ao governo federal, promovendo a narrativa de que a corrupção era um problema exclusivo do PT e que a sua saída do poder e o impedimento de seu retorno seriam a solução para o problema (SINGER, 2013).

Eduardo Cunha, no livro *Tchau, querida: o diário do impeachment*, ao contar minudências do processo que levou à cassação do mandato de Dilma, deixa evidente que a direita sempre se utilizou da bandeira da anticorrupção em benefício próprio. O deputado revela que a ex-presidenta enfrentou pedidos de impeachment durante seu mandato, e a maioria deles era baseada em acusações de corrupção na Petrobras e de irregularidades fiscais relacionadas a “pedaladas”. O próprio Cunha, pessoa chave na retirada inescrupulosa da ex-presidenta do poder, reconhece que não aceitava essas acusações por não haver provas de que Dilma estivesse diretamente envolvida em tais esquemas, não restando a ele outra escolha senão rejeitar os pedidos de impeachment submetidos à sua apreciação.

Em tempo, vale lembrar que a direita raras vezes logrou êxito na organização de movimentos sociais. A capacidade de mobilização da direita e da extrema direita sempre foi desmassificada e incipiente. É o caso do movimento Cansei, lançado em 2007, que tentou mobilizar setores da classe média paulistana e de outros estados da Federação contra o governo federal e fracassou por não ter real conexão com os anseios populares. Ao se apresentar como defensora da moralidade e da lei, a extração burguesa da sociedade objetiva esconder o seu *ethos* de exploração e opressão. Como já demonstrado um sem-número de vezes pela teoria marxista, a ideologia da burguesia sustenta que a classe dominante representa o interesse geral da sociedade, e assim se apresenta como um ente neutro e imparcial. No entanto, subsiste por trás da máscara de neutralidade uma pretensão objetiva de manter a posição de poder e privilégios.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assumindo que os resultados são o que realmente importa na dinâmica histórica, e não as intenções, pode-se assentar que, até o momento, o saldo das Jornadas de Junho foi negativo. Ainda que as manifestações tenham sido marcadas por um forte espontaneísmo e mobilização de massas, a ausência de uma liderança clara e de pautas concretas levou à tríade caos-violência-autoritarismo, que acabou por enfraquecer o movimento e contribuir para um clima de instabilidade política extensível à atualidade e, mais especificamente, aos eventos do Oito de Janeiro de 2023.

A destruição da razão evocada por Lukács em relação ao irracionalismo deflagrado em reação à Revolução Francesa, aprofundado na fase neocolonialista e hiperpotencializado com os regimes totalitários do século XX, transfigurou-se em aspecto sistêmico do capitalismo contemporâneo, impregnando os eventos que se sucederam na cena política do Brasil desde as Jornadas de Junho de 2013. A alternativa à instrumentalidade intrínseca da razão moderna não pode ser a afirmação da irracionalidade, mas sim a elaboração coletiva de uma razão sócio-histórica, apta a permitir a suplantação do trabalho alienado pelo trabalho associado e a consumir a meta marxista da geração de individualidades enriquecidas não por dinheiro, mas por potenciais realizados.

A perda da racionalidade, melhor dizendo, a miopia no que diz respeito ao pensamento e à práxis políticos, é uma das principais causas do colapso dos valores humanistas, que buscam promover a razão como base para a construção de uma sociedade mais equânime, equanimidade essa que contrasta com a agenda neoliberal. A relação entre a crítica lukacsiana à perda da racionalidade e os resultados negativos das Jornadas de Junho comprova que a ausência de direcionamento leva a consequências desastrosas para todo o corpo social, podendo ser tão lesiva quanto o imobilismo de agentes políticos.

A rarefação do pensamento crítico e a propagação de ideias irracionalistas são elementos que podem minar a estabilidade institucional e pôr em risco a já debilitada democracia brasileira. Não há saída, portanto, a não ser assumir uma postura revolucionária que instigue verdadeira ressemantização dos eventos daquele ano, de modo a impedir que a negação da política ocorra novamente, seja como tragédia, seja como farsa.

* Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Direito pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), mestre em Geografia pela UFMS e doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Superintendente regional do Trabalho no Acre e professor adjunto no curso de Direito da Universidade Federal do Acre (Ufac). *E-mail*: leonardo.abreu@ufac.br

** Graduando em Direito pela Ufac e voluntário do projeto de extensão "Observatório do Trabalho no Acre". *E-mail*: araujo.marcos@sou.ufac.br

► Texto recebido em 3 de abril de 2023; aprovado em 19 de maio de 2023.

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

CARROLL, Lewis. **Aventuras de Alice no País das Maravilhas**. Tradução Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CIRLOT, Juan Eduardo. **Diccionario de símbolos**. Madrid: Ediciones Siruela, 2018.

DIJCK, José van. **La cultura de la conectividad: una historia crítica de las redes sociales**. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FROMM, Erich. **Beyond the chains of illusion: my encounter with Marx and Freud**. New York: Open Road Integrated Media, 2013.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Revista Diálogo Educacional**, v. 16, n. 47, p. 125-146, 2016.

GROSSI, Diego. Decifra-me ou devoro-te: as jornadas de junho/julho e a luta de classes no Brasil contemporâneo. **Sinal de Menos**, v. esp., p. 91-111, 2013.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: reflexão sobre o digital**. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2016.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. São Paulo: Global, 1981.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Linhas fundamentais da filosofia do direito, ou Direito natural e ciência do Estado em compêndio**. Tradução Paulo Meneses et al. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O que fazer?: questões candentes de nosso movimento**. São Paulo: Boitempo, 2020.

LOPES, Jayme. Desdobramentos de junho de 2013. **Centro de Política Comparada**, jan. 2021. Disponível em: <<https://cpc.ufes.br/desdobramentos-de-junho-de-2013>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

LUKÁCS, Georg. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

_____. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. Tradução Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Para uma ontologia do ser social**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARX, Karl. Ad Feuerbach. In:_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 537-539.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MCNAMEE, Roger. **Zucked: waking up to the Facebook catastrophe**. New York: Penguin Press, 2019.

MEYERFELD, Bruno. Brazil, an "unprecedented" attack on democracy. **Le Monde**, January 9, 2023a. Disponível em: <www.lemonde.fr/en/international/article/2023/01/09/in-brazil-an-unprecedented-attack-on-democracy_6010874_4.html>. Acesso em: 29 mar. 2023.

_____. Lula sworn in as reconciliatory president, rising from ashes of Brazilian politics. **Le Monde**, January 2, 2023b. Disponível em: <www.lemonde.fr/en/international/article/2023/01/02/lula-sworn-in-as-reconciliatory-president-rising-from-ashes-of-brazilian-politics_6010021_4.html>. Acesso em: 29 mar. 2023.

- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, 16 abr. 2018.
- MÉSZÁROS, István. Entrevista de István Mészáros a Giorgio Riolo. Tradução Carlos Eduardo O. Berriel. **Veri-notio**, Rio das Ostras, v. 27, n. 2, p. 431-453, mar. 2022.
- MORAES, Wallace dos Santos de; JOURDAN, Camila Rodrigues; FERREIRA, Andrey Cordeiro. A insurreição invisível: uma interpretação antigovernista da rebelião de 2013/14 no Brasil. **Núcleo de Estudos do Poder**, Rio de Janeiro, 2015.
- NETTO, José Paulo. **Karl Marx: uma biografia**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- _____. Posfácio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 233-286.
- NETTO, José Paulo. Prólogo. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998. p. IX-LXXVI.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.
- NOBRE, Marcos. **Choque de democracia: razões da revolta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos Cebrap**, p. 23-40, nov. 2013.
- SLOGANS em protestos revelam consumismo e alienação, diz FT. **BBC News Brasil**, 27 jun. 2013. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130627_slogan_ft_rp>. Acesso em: 28 mar. 2023.
- SOARES, Felipe Bonow et al. Desinformação e esfera pública no Twitter: disputas discursivas sobre o assassinato de Marielle Franco. **Fronteiras: estudos midiáticos**, v. 21, n. 3, p. 2-14, 2019.
- STEDILE, João Pedro. O significado e as perspectivas das mobilizações de rua, para João Pedro Stedile. **Abrasco**, 26 jun. 2013. Disponível em: <www.abrasco.org.br/site/noticias/o-significado-e-as-perspectivas-das-mobilizacoes-de-rua-para-joao-pedro-stedile/1068>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- STURM, Heloisa Aruth; LEAL, Luciana Nunes. Manifestantes do Rio vão militantes de partidos. **Exame**, 20 jun. 2013. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/manifestantes-do-rio-vaia-militantes-de-partidos>>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- TORINELLI, Michele Caroline; SALLAS, Ana Luisa Fayet. Anonymous nas manifestações de junho: uma proposta teórica. **Sociologias Plurais**, v. 2, n. esp., 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/scplpr/article/view/64814>>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- TONET, Ivo. Cidadania ou liberdade. **Perspectivas**. São Paulo, v. 22, p. 85-94, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2089>>. Acesso em: 29 mar. 2023.